



Boletim Trimestral de Concessões – 2.º Trimestre de 2013

**UTAP**

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Conteúdos

<b>1. Introdução e enquadramento .....</b>	<b>6</b>
<b>2. Factos relevantes.....</b>	<b>7</b>
2.1 Alterações regulatórias no setor da energia.....	7
2.2 Investimentos no sector das águas.....	8
<b>3. Fluxos Financeiros .....</b>	<b>9</b>
3.1 Sector Portuário .....	9
<b>4. Anexos .....</b>	<b>11</b>

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas da administração portuária.....	9
Quadro 2 – Identificação das concessões das Águas.....	11
Quadro 3 – Identificação das concessões dos Resíduos .....	11
Quadro 4 – Identificação das concessões no sector dos Portos .....	12
Quadro 5 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	13
Quadro 6 – Identificação das concessões para a Eletricidade .....	13
Quadro 7 – Identificação da concessão Hídrica.....	13
Quadro 8 – Identificação da concessão Aeroportuária.....	13

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução trimestral da receita portuária.....	10
Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, comparativamente com os anos anteriores (2010 a 2013).....	10

## Acrónimos

2 Trim 2013	(2T 2013) 2.º Trimestre de 2013
2013P	Previsão para 2013
AC 2013	Valor acumulado em 2013
AdP, S.A.	Águas de Portugal, S.A.
ANA, S.A.	Aeroportos de Portugal, S.A.
CIEG	Custos de Interesse Económico Geral
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia
DL	Decreto-Lei
DRE	Diário da República Electrónico
EGC	Entidades Gestoras dos Contratos
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ETAR	Estação de Tratamento de Aguas Residuais
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
REN	Rede Eléctrica Nacional
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNGN	Sistema Nacional de Gás Natural
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Var. 2013/2012	(ou $\Delta$ 2013/2012) Variação ocorrida entre o ano de 2013 e o ano de 2012

## Notas metodológicas

No boletim trimestral são apresentados valores de encargos e de receitas com concessões de diversos sectores de actividade (águas, resíduos, sector energético, portos e aeroportos) recolhidos, periodicamente, junto das entidades gestoras dos contratos públicos, para efeitos do qual importa ter em consideração o seguinte:

- A responsabilidade pela veracidade dos dados apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram;
- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor;
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

## 1. Introdução e enquadramento

A Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (“UTAP”), entidade administrativa, sob a tutela do Ministério das Finanças, apresenta o boletim da informação financeira relativa a Concessões, referente ao 2.º trimestre de 2013. Os boletins trimestrais sobre esta temática encontram-se disponíveis para consulta e descarga no *website* oficial da UTAP [www.utap.pt](http://www.utap.pt), na área de “publicações”.

Este relatório procura resumir e enquadrar a informação mais relevante ocorrida no 2.º trimestre de 2013 relativa às concessões nos sectores das águas e resíduos, sector energético, sector portuário e sector aeroportuário.

## 2. Factos relevantes

### 2.1 Alterações regulatórias no setor da energia

Na área da energia assume relevância, em primeiro lugar, a publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/2013 (Diário da República, 1.ª série, N.º 70, de 10 de abril de 2013), através da qual foram aprovados o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (“PNAEE”) para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (“PNAER”) para o período 2013-2020. Tais planos são instrumentos de planeamento energético que estabelecem o modo de alcançar as metas e os compromissos internacionais assumidos por Portugal em matéria de eficiência energética e de utilização de energia proveniente de fontes renováveis.

Em segundo lugar, destacam-se as alterações na área da regulação energética, no que diz respeito aos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”), por via do Decreto-Lei n.º 84/2013, de 25 de junho, que procedeu à terceira alteração aos mencionados estatutos, originalmente aprovados pelo Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril, completando a transposição das Diretivas n.ºs 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural. Em termos genéricos, o novo diploma veio estabelecer expressamente o regime de autonomia e independência funcional da ERSE, sem prejuízo dos poderes constitucionalmente atribuídos ao Governo, e pretendeu clarificar o âmbito de aplicação das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 212/2012, de 25 de setembro, relativamente à composição dos conselhos consultivo e tarifário, de forma a assegurar uma maior representatividade nos referidos conselhos por parte dos diversos intervenientes nos setores da eletricidade e do gás natural.

Finalmente, foram ainda publicados os seguintes diplomas que, direta ou indirectamente, regulam a atividade das concessionárias neste setor:

- Portaria n.º 172/2013, de 3 de maio, que estabelece o regime de verificação da disponibilidade dos centros electroprodutores;
- Portaria n.º 193-A/2013, de 27 de Maio, que promove a primeira alteração da Portaria n.º 1213/2010, de 2 de dezembro, pela qual se aprovaram os procedimentos e requisitos para a atribuição e transmissão de licenças de distribuição local de gás natural, o respetivo regime de exploração, os fatores de ponderação dos critérios de seleção e avaliação das propostas e o modelo de licença de distribuição local de gás natural;
- Decreto-Lei n.º 74/2013, de 4 de junho, que prevê a criação de um mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade em Portugal, com incidência na componente de custos de interesse económico geral (“CIEG”) da tarifa de Uso Global do Sistema;

- Portaria n.º 201/2013, de 6 de junho<sup>1</sup>, que promoveu a primeira alteração ao Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito adotado pela Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril.

## 2.2 Investimentos no sector das águas

No sector das águas e resíduos, de acordo com as informações disponibilizadas pela Águas de Portugal SGPS, S.A. (“AdP”), merecem particular destaque dois novos projetos de investimento em sistemas de saneamento, apresentados e lançados no 2.º trimestre de 2013 pela Concessionária Simdouro, S.A., a saber:

- Projeto de investimento no concelho de Castelo de Paiva, que prevê a execução do novo sistema de saneamento, com um investimento estimado de cerca de 2,9 milhões de euros, projecto que inclui a construção de três ETAR, duas estações elevatórias e dois quilómetros de intercetores;
- Projeto de investimento no concelho de Baião, que prevê a execução do novo sistema de saneamento de águas residuais do concelho, com um investimento estimado de 2,2 milhões de euros (a execução do intercetor de Frende, já em curso, irá permitir, que ao longo do seu percurso sejam transportados os esgotos recolhidos pelas redes de saneamento e, no âmbito deste projecto, serão igualmente reabilitadas as Estações de Tratamento de Campelo e de Santa Marinha do Zêzere).

Em segundo lugar, assume relevância neste sector a construção da Reserva de Água de Montesinho-Veiguiñas, desenvolvida pela Concessionária Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., que se iniciou em junho e que prevê um investimento de cerca de 6,8 milhões de euros a executar nos próximos 14 meses. De acordo com as informações fornecidas pela AdP, a construção desta nova reserva permitirá assegurar o fornecimento de água aos concelhos de Bragança e Vinhais, visando resolver o problema da falta de água que afeta cerca de 50.000 habitantes, em particular, nos meses de verão. A intervenção será complementada com obras de beneficiação, ampliação e automação da Estação de Tratamento de Água existente. De acordo com as estimativas da AdP, a futura entrada em serviço das novas infra-estruturas permitirá elevar a taxa de cobertura do abastecimento de água a 96% da população, e os serviços de saneamento a cerca de 85% da população, dentro do âmbito geográfico sob a responsabilidade da Concessionária Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

---

<sup>1</sup> Primeiro aditamento à Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril, que aprova o Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL. A Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril, aprovou o Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito, previsto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.os 65/2008, de 9 de abril, 66/2010, de 11 de junho, e 231/2012, de 26 de outubro, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades integrantes do Sistema Nacional de Gás Natural (“SNGN”).

### 3. Fluxos Financeiros

#### 3.1 Sector Portuário

No 2.º trimestre de 2013 o sector portuário registou um acréscimo (de 4%), face ao trimestre homólogo de 2012, no que se refere a receitas procedentes das rendas pagas pelas concessionárias às administrações portuárias. O nível de execução da receita portuária no final do primeiro semestre de 2013 encontra-se a 51%, face ao valor previsto de 65 milhões de euros.

Quadro 1 – Receitas da administração portuária

Valores em milhares de euros

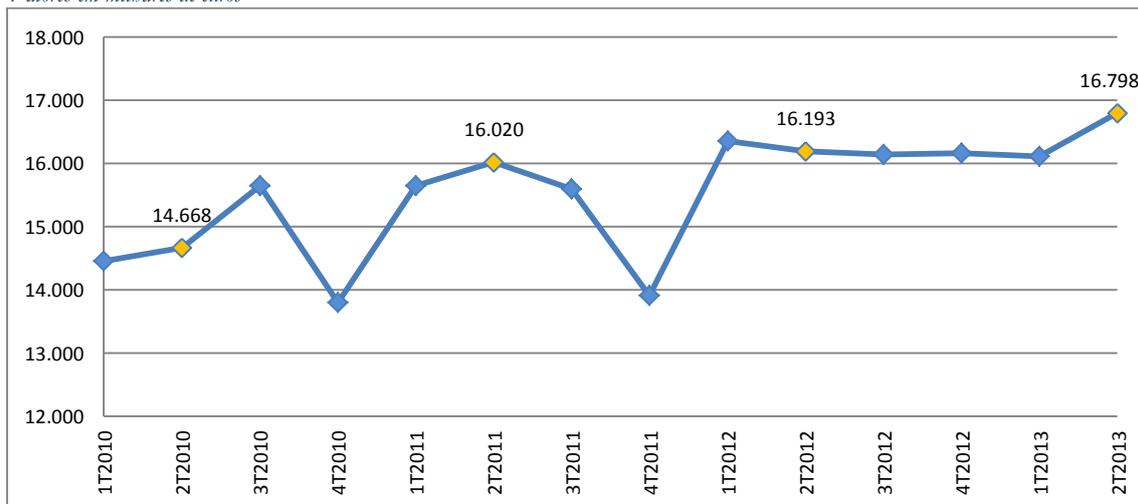
Sector Portuário	2T 2013	AC 2013	2T 2012	Δ 2T 2013 / 2T 2012	2013P	% Execução
<b>Douro e Leixões</b>						
Terminal de Contentores de Leixões	4.030	8.500	4.297	-6%	16.498	52%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	901	1.895	911	-1%	3.847	49%
Silos de Leixões	42	92	75	-44%	209	44%
Terminal Produtos Petrolíferos	1.462	3.128	1.609	-9%	6.067	52%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	24	48	23	4%	94	51%
Terminal Expedição de Cimento a Granel	298	511	181	65%	744	69%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	30	54	40	-25%	167	32%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0	14	0	-	27	52%
Exploração Turística-Hoteleira	127	256	123	3%	510	50%
Exploração Restaurante e Bar	18	37	18	0%	73	51%
<b>Aveiro</b>						
Terminal Sul Aveiro	92	182	90	2%	354	51%
Serviço de Reboque Aveiro	24	48	24	0%	104	46%
<b>Lisboa</b>						
Terminal de Contentores de Alcântara	753	1.779	691	9%	2.739	65%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	2.028	3.151	1.660	22%	7.013	45%
Terminal Multipurpose de Lisboa	276	454	296	-7%	1.105	41%
Terminal Multiusos do Beato	262	436	196	34%	1.056	41%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	116	369	142	-18%	595	62%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	207	403	217	-5%	718	56%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	207	381	195	6%	732	52%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	129	309	110	17%	566	55%
Terminal do Barreiro	32	60	32	0%	100	60%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	68	120	87	-22%	267	45%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	9	18	9	0%	35	51%
<b>Setúbal</b>						
Terminal Multiusos Zona 1	462	907	429	8%	1.772	51%
Terminal Multiusos Zona 2	1.041	1.882	972	7%	3.630	52%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	102	183	102	0%	380	48%
Terminal de Granéis Líq. De Setúbal	11	118	14	-21%	144	82%
<b>Sines</b>						
Terminal Contentores de Sines XXI	557	661	210	165%	1.561	42%
Terminal Multipurpose de Sines	1.079	2.158	1.153	-6%	4.499	48%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	101	202	98	3%	405	50%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	253	442	194	30%	767	58%
Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	2.057	4.114	1.995	3%	8.235	50%
<b>Total</b>	<b>16.798</b>	<b>32.912</b>	<b>16.193</b>	<b>4%</b>	<b>65.013</b>	<b>51%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados das Administrações Portuárias

Importa ainda referir que o valor das receitas portuárias do segundo trimestre superou os valores obtidos em trimestres anteriores, num historial que contempla a análise da atividade nos últimos três anos (conforme consta no *Gráfico 1*). Assim, o setor continua com um comportamento estável desde o primeiro trimestre de 2012, ao contrário do verificado em anos anteriores.

Gráfico 1 – Evolução trimestral da receita portuária

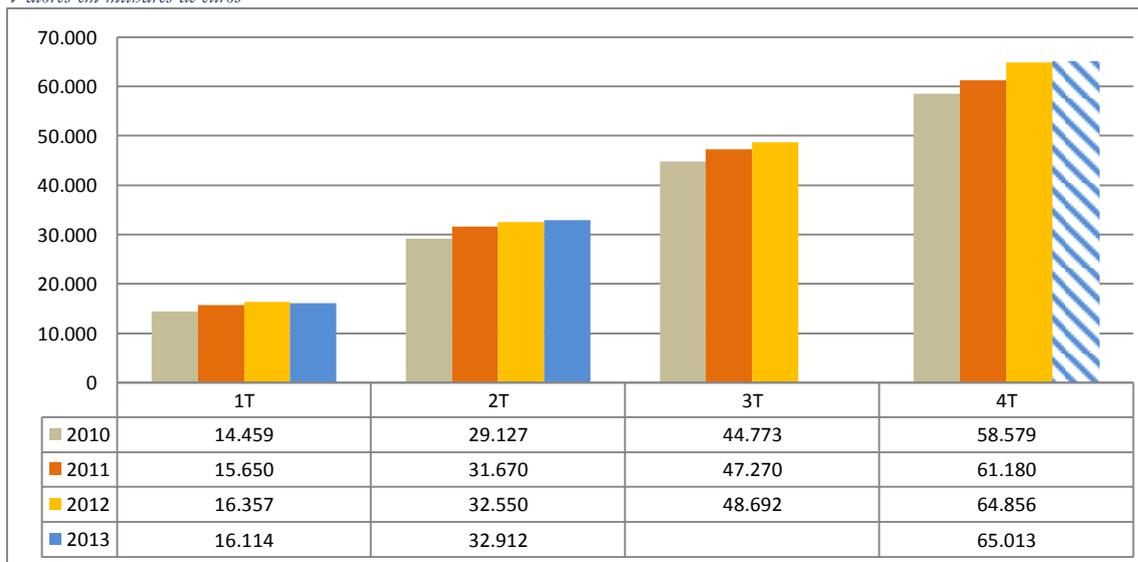
Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados das Administrações Portuárias

Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, comparativamente com os anos anteriores (2010 a 2013)

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados das Administrações Portuárias

Nota: A zona sombreada a azul no 4.º trimestre de 2013 corresponde ao valor total previsto para 2013.

## 4. Anexos

Quadro 2 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo	Investimento (milhões de euros)
Águas do Algarve	2001	30	564
Águas do Centro Alentejo	2003	30	80
Águas do Centro	2001	30	258
Águas do Douro e Paiva	1996	30	409
Águas do Mondego	2004	35	225
Águas do Norte Alentejano	2001	30	122
Águas do Noroeste	2010	50	802
Águas do Oeste	2001	30	279
Águas de St.º André	2001	30	95
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	2001	30	480
Águas do Zêzere e Côa	2000	30	303
Águas Públicas Alentejo, S.A. (¹)	2010	50	25
Águas da Região de Aveiro, S.A. (¹)	2010	50	15
Sanest	1995	25	273
Simarsul	2004	30	205
Simdouro	2009	50	122
Simlis	2000	30	110
Simria	2000	30	252
Simtejo	2001	30	343
<b>Total</b>			<b>4.963</b>

Fonte: Águas de Portugal, S.A.

Nota: (¹) Parcerias Estado Autarquias

Quadro 3 – Identificação das concessões dos Resíduos

Concessões Resíduos	Ano de início	Prazo	Investimento (milhões de euros)
Algar	1996	25	128
Amarsul	1997	25	108
Ersuc	1997	25	159
Resiestrela	2008	30	35
Resinorte	2009	30	160
Resulima	1996	25	25
Suldouro	1996	25	63
Valnor	2001	29	67
Valorlis	1996	25	53
Valorminho	1996	25	12
Valorsul	1995	25	344
<b>Total</b>			<b>1.154</b>

Fonte: Águas de Portugal, S.A.

Quadro 4 – Identificação das concessões no sector dos Portos

	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Invest. Concessão 2001/12	Invest. Concedente 2001/12
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	31	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	30	
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	2	
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.	254
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.	
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pesca	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.	
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.	
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.	
Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.		
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	8	128
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	3	
Lisboa*	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	(a)	33	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia,	2001	20	21	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15 (b)	-	
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	5	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	4	195
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	87	
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	2	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	22	
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	-		
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	9	
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12	31
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	1995	25	6	
	Terminal de Granéis Líq. De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	2003	25	3	
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	123	
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	3	
	Terminal de Petroléiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	177	344
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	16	
Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	7		

Fonte: UTAP, a partir de dados das Administrações Portuárias

Notas: (a) O DL 188/2008 – que contemplava a prorrogação do prazo desta concessão até 2042 – foi revogado pela Lei 14/2010 de 23 de Julho, razão pela qual existe um litígio entre o concessionário e o Estado.

(b) Contrato em fase de prorrogação até novo concurso.

**Quadro 5 – Identificação das concessões para o Gás Natural**

Sector Energia - Gás Natural	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)</b>	Transgás Armazenagem, S.A.	2006	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)</b>	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)</b>	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)</b>	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)</b>	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40
<b>Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)</b>	REN Atlântico, S.A.	2006	40
<b>Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)</b>	REN Armazenagem, S.A.	2006	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)</b>	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)</b>	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, S.A.	2008	40
<b>Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural</b>	REN Gasodutos, S.A.	2006	40

Fonte: DGEG, Direção-Geral de Energia e Geologia

**Quadro 6 – Identificação das concessões para a Eletricidade**

Sector Energia - Eletricidade	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Rede Elétrica Nacional</b>	REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.	2007	50
<b>Exploração da Rede Nacional de Distribuição de electricidade</b>	EDP – Distribuição Energia, S.A.	2006	35
<b>Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar»</b>	Enondas, Energia das Ondas, S.A.	2010	45

Fonte: DGEG, Direção-Geral de Energia e Geologia

**Quadro 7 – Identificação da concessão Hídrica**

Sector Hídrico	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Barragem de Foz Tua</b>	EDP, S.A.	2008	75

Nota: Contrato de concessão com adjudicação definitiva assinado – Instituto da Água I.P.

**Quadro 8 – Identificação da concessão Aeroportuária**

Sector Aeroportuário	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Concessão de aeroportos</b>	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.	2012	50

Fonte: DRE, Diário da Republica Eletrónico